



Nº 279 -  
 Nome: CARLOS AUGUSTO LIMA PEREIRA  
 Matrícula SIAPE: 0169732  
 Cargo: Motorista Oficial, classe C, padrão V  
 Código de vaga: 68040  
 Do(a): Departamento de Polícia Rodoviária Federal  
 Para: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
 CONTRAPARTIDA  
 Servidor: cargo vago  
 Cargo: Motorista  
 Código de vaga: 0607036  
 Do(a): Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
 Para: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
 Processo: 08652.000152/97-09

Nº 280 -  
 Nome: MIGUEL ALMEIDA GOMES  
 Matrícula SIAPE: 0169727  
 Cargo: Agente Administrativo, classe A, padrão III  
 Código de vaga: 68035  
 Do(a): Departamento de Polícia Rodoviária Federal  
 Para: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
 CONTRAPARTIDA  
 Servidor: cargo vago  
 Cargo: Agente Administrativo  
 Código de vaga: 0466136  
 Do(a): Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
 Para: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
 Processo: 08652.000400/97-31

JOSÉ GREGORI

RAUL BELENS JUNGMANN PINTO

(Of. El. nº 120/2000)

## Ministério Público da União

### MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

#### Secretaria-Geral

PORTARIAS DE 14 DE DEZEMBRO DE 2000

O SECRETÁRIO-GERAL-ADJUNTO, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992 e tendo em vista o que consta do Processo MPF/PGR nº 1.00.000.008656/2000-23, resolve:

Nº 503 - Aposentar, por invalidez, IVANI CEZAR JAGUSKI FREITAS, matrícula nº 4295-1, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, código NTC-201.00, classe C, padrão 25, da carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público Federal, com fundamento no artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, combinado com o artigo 186, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com as vantagens previstas no artigo 15, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

O SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE SECRETÁRIO GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992 e tendo em vista o que consta do processo MPF/PGR nº 1.00.000.009318/2000-17, resolve:

Nº 504 - Conceder pensão vitalícia, a partir de 09 de novembro de 2000, à Senhora MARIA CONCEIÇÃO DA SILVEIRA, viúva do ex-servidor DILMO SOLON DA SILVEIRA, matrícula nº 9081-6, de valor correspondente aos proventos a que fazia jus o ex-servidor, com fundamento nos artigos 215 e 217, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

INÁCIO JOSÉ BARREIRA DANZIATO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SG nº 480, de 05 de dezembro de 2000, publicada no Diário Oficial, de 07 seguinte, Seção II, página 15, onde se lê: ... classe C, padrão 24..., leia-se: ... classe A, padrão 21...

(Of. El. nº 913/2000)

#### Procuradoria Regional da República da 3ª Região

PORTARIA Nº 55, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2000

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO - SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 393, de 11 de setembro de 1997, resolve:

Designar ADRIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, código NTC-201.00, classe C, padrão 25, para exercer o encargo de substituto eventual do Coordenador de Controle Processual, FC-06, da Procuradoria Regional da República da 3ª Região (São Paulo).

FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI

(Of. El. nº 913/2000)

#### Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIAS DE 29 DE NOVEMBRO DE 2000.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, conforme Portaria PGR nº 393, de 11 de setembro de 1997, resolve:

Nº 150 - Dispensar, a partir de 13.11.2000, a servidora SILVIA REGINA SILVA BRAGA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, Código NTC-201.00, Classe C, Padrão 25, da função de Substituto Eventual de Coordenador Jurídico, Código FC-06, da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 151 - Designar o servidor LISANDRO SOARES LEANDRO, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, Código NTC-201.00, Classe C, Padrão 25, para exercer, a partir de 13.11.2000, a função de Substituto Eventual de Coordenador Jurídico, Código FC-06, da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul.

VITOR HUGO GOMES DA CUNHA

(Of. El. nº 913/2000)

#### Procuradoria da República em Santa Catarina

PORTARIAS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2000

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 393/97, de 11 de setembro de 1997, resolve:

Nº 159 - Dispensar TELMA MARIA REMOR HILBERT PESTANA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, código NTC-201.00, Classe C, Padrão 25, do encargo de Substituto Eventual do Coordenador de Documentação e Informação Jurídica, FC-06.

Nº 160 - Designar MARIA DO ROSÁRIO DAROS, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, código NTC-201.00, Classe A, Padrão 11, para o encargo de Substituto Eventual do Coordenador de Documentação e Informação Jurídica, FC-06.

MAURICIO GOTARDO GERUM

(Of. El. nº 913/2000)

#### MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

##### Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

PORTARIA Nº 1.078, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20.05.93 e Portaria nº 308/PGR, de 28 de maio de 1996, resolve,

Nomear o servidor RODRIGO NASCIMENTO DE AVELLAR FONSECA, matrícula 2016-8, para exercer a Função Comissionada de Assessor do Procurador-Geral de Justiça, Código FC-07, da Chefia de Gabinete do Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

NÍDIA CORRÊA LIMA

(Of. El. nº 116/2000)

#### Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

##### CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

PORTARIA Nº 36, 15 DE DEZEMBRO DE 2000

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso regular de suas atribuições legais, especialmente as constantes do Art. 6º, IV e XIV, do Regimento aprovado com a Resolução-COFECI nº 574/98; CONSIDERANDO a necessidade da continuidade administrativa no CRECI 19ª Região/MT; resolve:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a partir desta data, o Corretor de Imóveis LUIZ FERNANDO PINTO BARCELLOS-CRECI 1118/MT, do cargo de Diretor Secretário da Diretoria Interventora no CRECI 19ª Região/MT, nomeada com a Resolução-COFECI nº 653/2000.

Art. 2º - Nomear, a partir desta data, o Corretor de Imóveis AMARO MACHADO BENÉTTI-CRECI 0001/MT, para o cargo de Diretor Secretário da Diretoria Interventora no CRECI 19ª Região/MT.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA

(Of. El. nº 1.007/2000)

## Poder Judiciário

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIAS DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e observado o disposto no artigo 93 da Lei nº 8.112, de 11.12.90, com a redação dada pelo artigo 22 da Lei nº 8.270, de 17.12.91 e, ainda, o que dispõe a Lei nº 6.999, de 07.06.82, resolve:

Nº 240 - Autorizar, a cessão, ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, da servidora MARIA HELENA DE FREITAS FERREIRA, Técnico Judiciário do Quadro Permanente desta Corte, matrícula nº 30900116, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens, a partir de 1º de janeiro de 2001, pelo período de um ano.

Nº 241 - Autorizar, a cessão, ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, da servidora LUCIANA PIRES DE ALBUQUERQUE NUNES, Técnico Judiciário do Quadro Permanente desta Corte, matrícula nº 30900287, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens, a partir de 1º de janeiro de 2001, pelo período de um ano.

Min. NÉRI DA SILVEIRA

PORTARIAS DE 14 DE DEZEMBRO DE 2000

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e observado o disposto no artigo 93 da Lei nº 8.112, de 11.12.90, com a redação dada pelo artigo 22 da Lei nº 8.270, de 17.12.91 e, ainda, o que dispõe a Lei nº 6.999, de 07.06.82, resolve:

Nº 242 - Autorizar, a prorrogação da cessão, ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, da servidora ELISA DE SOUZA LIMA, Técnico Judiciário do quadro Permanente desta Corte, matrícula 30900280, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens, a partir de 1º de janeiro de 2001, pelo período de um ano.

Nº 243 - Autorizar, a prorrogação da cessão do servidor NIVALDO CARVALHO DA SILVA, Técnico Judiciário do Quadro Permanente desta Corte, matrícula 30900593, ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - Cartório da 3ª Zona Eleitoral, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens, a partir de 17.08.2000, pelo período de 1 (um) ano.

Min. NÉRI DA SILVEIRA

(Of. El. nº 616/2000)

### TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 714, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2000

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a edição do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, que aprovou a regulamentação da licitação na modalidade de pregão, instituída pela Medida Provisória nº 2.026-7, de 23 de novembro de 2000, resolve:

I - Delegar competência ao Diretor-Geral de Coordenação Administrativa para:

a) autorizar e homologar licitações na modalidade de pregão, cujo valor estimado da contratação enquadre-se no limite para convite, previsto na alínea "a" do inciso II do art. 23 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 9.648/98;

b) autorizar os acréscimos de que trata o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, relativos às contratações oriundas de licitações na modalidade de pregão, cujo valor estimado total esteja no limite referido na alínea "a" deste item;

c) designar o pregoeiro e sua equipe de apoio, conforme determina o inciso II do art. 7º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.555/2000.1.

II - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

(Of. El. nº 1045/2000)

## Envio Eletrônico de Matérias

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam livres de vírus. Sua matéria pode ser rejeitada caso seja constatado algum tipo de contaminação. Atualize, com frequência, seu software antivírus.